

Milliet: negociações, só depois do plano

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A negociação com os bancos estrangeiros credores do Brasil somente será reiniciada depois que o Ministério da Fazenda concluir um plano econômico de curto prazo — "Plano Saldo 1987" — e, ainda, após a elaboração de um projeto de conversão de parcelas da dívida em investimento de risco e a verificação de como estão operando as linhas de financiamento ao comércio exterior brasileiro. A informação foi dada ontem pelo novo presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira, ao tomar posse no cargo, substituindo Francisco Gros.

Milliet adiantou que o programa de ajustamento embutirá metas de expansão menor do PIB, ao contrário das pretensões do ex-ministro da Fazenda, Dílson Funaro, de perseguir um crescimento de 7% até 1991, com base na redução média de US\$ 4 bilhões anuais de remessa de recursos ao Exterior. O presidente do Banco Central assinalou que as remessas serão menores, pois a meta de crescimento também será reduzida pela metade.

Milliet fez um discurso de posse típico de um ministro da Fazenda — Bresser Pereira, presente, não discursou —, traçando diretrizes para a economia. Declarou-se favorável à manutenção de taxas de juros reais (acima da inflação), como forma de evitar o retorno do consumismo verificado no Plano Cruzado e a especulação com estoques, e a manutenção dos critérios de minidesvalorizações diárias do cruzado em relação ao dólar, para estimular as exportações.

Milliet, em seu discurso, traçou metas de política econômica, e enfatizou a necessidade de "ajustamento". Eis os pontos principais:

1 — **Crescimento Econômico** — "Não há saída fora de uma política realista de crescimento econômico. A própria

distribuição de renda só é viável, na prática, se pudermos ajustar a oferta a um novo perfil de demanda, que reflete uma sociedade mais justa."

2 — **Recessão e Desemprego** — "Quando se fala em ajustamento de nossa economia, não se está falando

necessariamente em recessão e desemprego. A isto a Nação poderá ser levada, sim, como já foi no passado, justamente se deixar de promover, a tempo, os ajustamentos necessários."

3 — **Investimento/PIB** — "Para o crescimento e o processo de moderniza-

ção de nossa economia, necessitamos de políticas capazes de elevar a taxa de investimento público e privado a algo em torno de 18% a 21% do PIB, compatível com taxas de crescimento de 6% a 7% ao ano."

4 — **Taxas de Juros** — "Precisamos de um sistema financeiro eficiente, que opere a baixos custos operacionais, e que possa oferecer à nossa economia recursos a taxas reais positivas, mas as mais baixas possíveis."

5 — **Setor Público** — "Precisamos ainda de equacionar o desequilíbrio financeiro do setor público — federal, estadual e municipal —, ampliando a sua capacidade de investir."

6 — **Dívida Externa** — "Não é do interesse do País que o estoque da dívida aumente em proporções maiores que o crescimento da economia e de nossas exportações."

7 — **Superávit Comercial** — "A geração dos excedentes comerciais capazes de gerar os recursos para o serviço da dívida há de se fazer com o crescimento de nosso comércio exterior de forma superavitária, e não meramente com uma forte contenção de nossas importações."

Em seguida, em entrevista coletiva à imprensa, Milliet afirmou que dentro de duas semanas o Banco Central começará a operacionalizar os empréstimos de emergência a Estados e municípios, a título de antecipação de receita. Sobre os empréstimos à pequena média empresa, Milliet revelou que dentro de 15 dias os recursos serão liberados.

O ministro Bresser Pereira, da Fazenda, determinou a vinda imediata ao Brasil do representante do País junto ao FMI, Alexandre Kafka, para transmitir-lhe uma nova orientação sobre como deverá conduzir os interesses brasileiros junto aquela entidade. Bresser está disposto a entrar numa linha de franco entendimento com o FMI, e já recebeu a aprovação do presidente Sarney.